



P2 200

11 MAR 1993

ESTADO DE SÃO PAULO

Dívida: nadamos para morrer na praia

SÉRGIO AMAD COSTA



As chances de um acordo entre o governo Itamar e o FMI sobre um programa de estabilização econômica são, agora, consideradas praticamente nulas. Aliás, logo que o ex-ministro Marcílio deixou a pasta da Economia advertimos aqui que o novo governo teria sérias dificuldades para dar continuidade ao processo de renegociação da dívida externa.

O fato é que a obtenção de um acordo global com a comunidade financeira internacional é um processo lento e muitas vezes tortuoso. O Brasil, sob a batuta do ex-ministro Marcílio, percorreu este caminho a partir de 1991. O trajeto passou, em primeiro lugar, pelo FMI, depois pelo Clube de Paris e, finalmente, pelos bancos privados credores.

Entretanto, essas etapas estão interligadas e a assinatura de um acordo depende do aval conseguido mediante outro acordo, e assim por diante. Em setembro de 1992, o ex-ministro da Economia havia conseguido o term-

sheet (protocolo do acordo) com o comitê de bancos credores:

O refinanciamento da dívida privada gira em torno de US\$ 42 bilhões e, se tudo corresse bem, os bancos assinariam os contratos em meados de 1993. Esse prazo não é uma "anormalidade". É comum nestes tipos de negociação. O México, por exemplo, após ter firmado o acordo, levou dez meses para concluir a assinatura dos contratos.

Pois bem, o Brasil, apesar da crise política, estava, no ano passado, saindo-se satisfatoriamente na renegociação da dívida com os bancos credores graças à força que o FMI deu, mostrando, então, acreditar nas linhas gerais do programa econômico brasileiro. Mas aí vem a pergunta: já não estava suspenso o acordo firmado entre o FMI e o Brasil? Estava. Aliás, de certa forma, é outro fato normal neste processo de renegociação global da dívida.

Em outras palavras, no início de 1992 o FMI aprovou a carta de intenção do governo brasileiro com as metas para a economia do País. Os principais pontos foram: o dinheiro será controlado com base em juros reais; a inflação terá redução gradual até atingir 2% em de-

zembro e taxa anual de 20% em 1993; nossas reservas ficarão em torno de US\$ 9 bilhões; o superávit na balança comercial, em 1992, será de US\$ 12 bilhões; os preços serão livres e haverá abertura do mercado interno.

Com o acordo o Brasil se candidatou à linha de crédito de US\$ 2 bilhões, a ser desembolsada em parcelas trimestrais, mediante o cumprimento das metas estabelecidas na carta de intenção. Porém, já no segundo trimestre várias das metas não foram cumpridas, o acordo foi suspenso e não recebemos a segunda parcela do empréstimo.

Mas, vale observar, faz parte do processo de renegociação esta suspensão, pois é

temporária e o governo pode pedir uma revisão da carta de intenções. Na época do ex-ministro Marcílio, o Fundo demonstrou, para uma possível revisão, muito mais flexibilidade do que agora, pois ainda havia credibilidade num programa.

Em outras palavras, tínhamos grande chance de efetivar o acordo. Revisão em carta de intenções é normal quando se tem um programa de estabilização. Faz parte do processo de acordo global. E é com a aceitação dela pelo FMI que se facilita o refinanciamento da dívida com o bancos credores.

Infelizmente, agora, não temos nem mesmo um programa que possibilite negociar com o FMI. O comportamento do governo Itamar conseguiu, isso sim, levar por água abaixo tudo que foi feito, em termos de negociação, pelo ex-ministro Marcílio. Transformou o que é normal, embora lento e tortuoso na renegociação, em algo anormal e impraticável para qualquer acordo. A conclusão do acordo, certamente, se daria em 1993. Porém, nadamos, nadamos, com o Marcílio, para morrer na praia com o grupo de Juiz de Fora.



■ Sérgio Amad Costa é professor dos cursos de graduação e pós-graduação da FGV-SP.